

Tailândia: da democracia imperfeita à democracia funcional

Thailand: from an imperfect democracy to a functional democracy

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR*

Meridiano 47 n. 99, out. 2008 [p. 51 a 53]

A Tailândia, país com pouco menos de 65 milhões de habitantes e localizado no sudeste asiático, é um ator de importância regional. A proximidade e as interações com os vizinhos tornam Bangcoc um importante sustentáculo de estabilidade e é por esse motivo que as recentes turbulências políticas colocam o país numa ambígua situação de modelo a ser seguido e evitado: ao mesmo tempo em que aberturas políticas vêm assegurando crescimento vigoroso da economia, processos políticos ainda hoje denotam um forte grau de inconsistência democrática.

De forma geral, a Tailândia orgulha-se de ter sido o único país da região que não sofreu qualquer tipo de invasão ou colonização por potências ocidentais. Além disso, sua configuração geográfica estratégica, população de peso e histórico de participação em fóruns multilaterais e busca de cooperação rendem ao país um papel de destaque para o Ocidente, especialmente para os Estados Unidos, que, em 2004, chegaram a elevar a Tailândia à categoria de grande aliada fora da OTAN.

Apesar de que em menos de um século tenha havido dezenas de trocas constitucionais, golpes de estado e violações de direitos democráticos, a Tailândia tem sido o que se pode considerar um dos melhores casos de democracia liberal na região. Seria interessante para norte-americanos e europeus ocidentais, por exemplo, que a monarquia parlamentar relativamente constante se mantivesse empenhada em buscar a estabilidade política e institucional, de modo que o sucesso democrático no

país servisse de base para o *spill-over* de movimentos liberalizantes em uma região marcada por governos fechados e não-democráticos, como Mianmar, Laos e mesmo a China. No entanto, isso parece ser um papel consideravelmente difícil de ser atribuído se simplesmente se analisa o histórico recente de tumultos políticos por que tem passado o país.

Foi somente em 1997 que a primeira constituição foi aprovada por uma Assembléia popularmente eleita, criando um legislativo bicameral. Em 2001 as primeiras eleições com base na nova constituição foram convocadas, elegendo-se Thaksin Shinawatra ao cargo de primeiro-ministro. Pela primeira vez na história do país, o mandato de quatro anos do chefe do Executivo foi cumprido integralmente. Apesar das críticas, com sua popularidade elevada pelos esforços de redução dos estragos e ajuda aos afetados pelo tsunami de 2004, o segundo mandato foi conquistado nas eleições de 2005. No entanto, a intensificação de críticas com relação à corrupção no seu governo, falta de punho para lidar com movimentos separatistas no sul e com a disseminação da gripe aviária acabaram fazendo-o dissolver o parlamento e convocar novas eleições. Ao mesmo tempo, afastou-se do cargo de primeiro-ministro, para onde só retornou após a grande vitória eleitoral do seu partido (Thai Rak Thai). Diante das convulsões político-sociais que se seguiram, houve, em setembro de 2006, um golpe militar. Thaksin foi pacificamente deposto (mesmo porque no momento não se encontrava no país) e novas

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais - LARI (murakitadashikun@hotmail.com)

eleições foram marcadas para depois de um ano, quando uma nova constituição tivesse sido escrita e aprovada. Em agosto de 2007 um referendo popular aprovou a constituição proposta e, em dezembro, o Partido do Poder Popular (PPP) saiu vitorioso das eleições parlamentares.

A transição para a democracia só foi finalizada em janeiro de 2008, quando o Parlamento indicou o nome de Samak Sundaravej para o posto de primeiro-ministro, que, desde o início, foi identificado como sucessor do deposto Thaksin Shinawatra. Uma nova fase de instabilidade iniciou-se com os protestos de março, que se intensificam até meados de junho, quando manifestantes liderados pela Aliança Popular pela Democracia (APD) invadiram a sede do governo, a sede da TV estatal e fecharam várias estradas e aeroportos. Outros segmentos da sociedade contrários a Samak também entraram em greve em apoio à ALP, que é um grupo composto por pessoas das mais diferentes funções e classes, mas unidos pelo sentimento de insatisfação com a presença de Samak no governo.

O estado de sítio chegou a ser decretado em Bangcoc e Samak recusava-se a sair do governo. No entanto, a Corte Constitucional acabou decidindo pelo afastamento do então primeiro-ministro, uma vez que o programa televisivo mantido por ele teria fins lucrativos, o que é proibido para cargos públicos. Logo em seguida, o PPP ameaçou indicar novamente o nome de Samak ao cargo de primeiro-ministro, mas, diante das críticas e do aumento das tensões que isso poderia acarretar, acabou desistindo.

Samchai Wongsawat, ex-vice-premiê e cunhado de Thaksin, é apontado pelo parlamento para o posto de primeiro-ministro. Também do PPP, sua presença ainda tem sido motivo da continuidade dos protestos e confrontos no país.

Uma grande questão que envolve o domínio político do PPP é a sua tradição de políticas de favorecimento às partes mais pobres e rurais do país, em detrimento da classe urbana. Apontado por muitos como o descendente do banido Partido Thai Rak Thai, o partido ainda carrega muito de populismo e políticas assistencialistas. No entanto, o que mais incomoda os opositores (principalmente

representados pela APD) é a liberalização da economia e falta de ações enérgicas no tratamento de questões externas.

A APD poderia ser bem descrita como um movimento de negação das conquistas democráticas no país. Defende, dentre outras coisas, a diminuição do peso do voto popular na escolha dos parlamentares, que deveriam ser apontados majoritariamente pelo poder real. Isso é a "democracia funcional" defendida. A APD também é a favor de restrições ao capital estrangeiro no país, assim como condena as privatizações. Além disso, é hiper-nacionalista e defende uma posição firme do país principalmente no que se refere às disputas fronteiriças com o Camboja, alegando que Thaksin teria adotado uma postura branda devido a negócios escusos que suas empresas manteriam com o país vizinho.

Outras questões de política externa regional importantes para a Tailândia são disputas fronteiriças também com Laos e Malásia, a questão de refugiados vindos de Mianmar e o tráfico transfronteiriço.

O sudeste asiático na sua parte continental é uma região de Estados mais ou menos de mesmo tamanho e população cercada por grandes potências. Além de China e Índia, Japão e Estados Unidos também são poderes de destaque.

O fim da Guerra Fria fez sua a importância global diminuir, gerando um vácuo de poder por parte dos Estados Unidos, que também já podia ser identificado desde meados da década de 70. A partir de então, regionalmente sua relevância ganha destaque, principalmente por meio dos volumosos aportes de capitais japoneses na estrutura produtiva, indicando que o lado econômico sobrepunha o político. Assim, em certa medida aberturas econômicas já vêm recebendo grandes incentivos, o que não tem sido acompanhado por aprimoramento democrático. Questões regionais como o tráfico de drogas e as pendências fronteiriças são características do relacionamento entre os países da região, na sua maioria totalitários e semi-democráticos.

Nessas condições, aparentemente potências ocidentais parecem entender que ter deixado um vácuo de poder teria sido um erro estratégico e uma forma de tornar a região menos instável não

escaparia da fórmula 'economia de mercado e democracia'. Avanços na área da economia já foram satisfatoriamente alcançados (desde meados da década de 80 até a crise de 97 o crescimento econômico anual girou em torno de 10%, e o que se sucedeu à crise foi uma recuperação anual de crescimento em torno de 5%), mas o modelo político ainda é demasiadamente instável, o que pode ser demonstrado pelos governos (apesar de democraticamente eleitos) bastante violadores de direitos e pelos movimentos de contestação que são contrários até mesmo aos processos democráticos.

Nesse contexto, a continuidade dos grupos no governo que sofrem oposição desde as eleições de 2001 sugerem continuidade também das convulsões políticas. Há, contudo, dois atores internos com grande capacidade de influenciar os processos: a monarquia, que tem se recusado a entrar nas disputas, mas, como já fez em outros momentos de instabilidade no país, pode organizar um novo governo de conciliação como preparativo para eleições populares e o Exército. Caso a situação se agrave é de se esperar a possibilidade de uma nova intervenção militar, ainda que o Exército negue qualquer intenção nesse sentido.

Forças ocidentais têm-se mostrado ausentes no panorama político interno. Mas isso é fácil de se compreender quando se mostram as opções de escolha: apoiar ou a continuidade de políticas de Thaksin, ele mesmo condenado por corrupção, ou movimentos de esmorecimento democrático. O mais adequado parece ser esperar pelo desenrolar dos acontecimentos e observar de que forma menos perderia a democracia.

Recebido em 10/10/2008
Aprovado em 16/10/2008

Palavras chaves: Tailândia, democracia, crise interna
Key words: Thailand, Democracy, internal crisis

Resumo: o artigo trata da política da Tailândia. Nesse sentido, aborda as dificuldades de êxito do regime democrático no país.

Abstract: the article deals with Thailand's policy. It discusses the difficulties related to the success of the democratic regime in the country.

